

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da Virtude**. Trad. Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001. 478 p. (Coleção Filosofia & Política) ISBN 85-7560-089-X.

Quando de sua publicação em 1981, este livro de Alasdair MacIntyre provocou um enorme debate intelectual e rendeu-lhe fama internacional, tornando-o conhecido fora do contexto cultural anglo-americano, onde exerce sua reflexão filosófica e trabalho acadêmico. Reconhecida como uma importante obra crítica da filosofia moral contemporânea, chegou a ser classificada por um de seus críticos como um dos mais importantes livros da década. Apesar disto, só agora, vinte anos depois, é que veio à luz uma tradução brasileira, que supostamente corrigiria essa falha editorial e, conseqüentemente, cultural, tornando disponível ao leitor brasileiro um dos mais belos livros de filosofia moral que o século XX produziu.

Alasdair MacIntyre, nasceu em Glasgow, Escócia, em 1929. Sua obra escrita é significativamente extensa, incluindo centenas de artigos e resenhas em diversos e variados periódicos em filosofia e ciências sociais, tendo onze livros publicados. “Depois da Virtude” é certamente a obra que coroa o amadurecimento intelectual desse filósofo inquieto, cuja trajetória é marcada por mudanças teóricas importantes, mas tendo sempre como referência fundamental a filosofia moral compreendida num contexto histórico-cultural ampliado.

Como esse livro já recebeu uma apresentação do Prof. Marcelo Perine, numa resenha que incluía também **Whose Justice? Which Rationality?** e **Three Rival Versions of Moral Inquiry**, publicada na **Síntese. Nova Fase** (Vol. 19, n. 58, 1992, p. 391-412), bem como uma resenha do Prof. Joaquim Clotet, na **Veritas** (Vol. 33, n. 132, 1988, p. 499-504), não vou me deter aqui na análise dos detalhes da obra, mas, principalmente, avaliar a qualidade da tradução.

A tradução está baseada na segunda edição do livro, de 1984, que além de algumas correções feitas por conta de problemas editoriais, teve o acréscimo de um importante posfácio no qual MacIntyre responde a alguns críticos e detalha alguns pontos de sua filosofia moral que serão desenvolvidos posteriormente em **Justiça de Quem? Qual Racionalidade?**. O título da edição brasileira segue o original literalmente, **After Virtue**, deixando de fora o subtítulo, que seria “Um Estudo em Teoria Moral”.

A edição brasileira é graficamente bem cuidada e com um *design* mais bonito e agradável que o da edição americana. Infelizmente, tal cuidado desaparece no tocante à qualidade da tradução, pois claramente foi realizada por alguém que não dispõe de conhecimentos básicos em filosofia, além de ter co-

metido erros imperdoáveis no que se refere ao domínio da língua inglesa.

Em traduções, discordâncias de ordem estilística sempre vão surgir, mas a natureza dos problemas contidos nessa tradução brasileira se estende ao entendimento mesmo da língua do texto original, e beiram a completa irresponsabilidade ao deixar de fora até mesmo partes das frases originais. Por exemplo, na p. 18, “*standpoint*” é traduzido por “ponto de apoio”, quando o correto é “ponto de vista” ou mesmo “perspectiva”. Erros similares com outras palavras se repetem por todo o texto, não sendo apenas ocasional. Na p. 147, “*antecedent*” foi traduzido por “ancestral”, ao invés de “antecedentes”, como deveria ser o caso: “Mas o que é tentar compreender a vida humana em termos mecânicos, em termos de condições *antecedentes* entendidas como causas eficientes?”. “Ancestrais” remete a uma semântica histórica bem diferente daquela exigida pelo contexto teórico do mecanicismo.

Outro exemplo é “subject”, uma palavra polissêmica, que exige cuidado na tradução pela variedade de significados. Na p. 29, foi traduzida grosseiramente por “assunto”, quando o mais apropriado seria “conteúdo”. Já na p. 69, recebe a tradução de “sujeito” quando tem o sentido oposto de “objeto”; a correta tradução seria: “Esta concepção de uma vida humana inteira como *objeto* primordial de ava-

liação objetiva e impessoal, de um tipo de avaliação que proporciona o *conteúdo* [aqui a tradutora usou “teor”, confundido a vida moral com taxas de nicotina em cigarros!] para se julgar as ações ou projetos particulares de um determinado indivíduo, é algo que deixa de ser praticamente disponível no progresso – se é que podemos chamá-lo assim – rumo à modernidade”. Quer dizer, além de não saber escolher os termos apropriados a cada contexto, a tradutora ainda inverteu o sentido de um termo filosoficamente importante como esse, pois no caso desse termo a tradução correta é crucial para se saber quem é o sujeito ou o objeto, especialmente quando se tem envolvido o discurso moral.

Na p. 118, a tradutora “engoliu” o adjetivo “Benthamista” e o pronome relativo “que”, truncando o sentido da frase: “Mas o resultado dessas retificações é afirmar – o que está correto, mas [que] nenhum [*benthamista*], por mais reformado que fosse, admitiria – que a idéia de felicidade humana *não* é uma noção unitária, simples, e não pode nos proporcionar um critério para nossas escolhas fundamentais”. Erros desse mesmo tipo se repetem nas páginas 122, 123, 124 e assim por diante. Na p. 127, há uma notável conjunção de diferentes erros numa mesma sentença: “Os filósofos da moral do século XX têm, algumas vezes, apelado às intuições *deles* [a tradutora pôs “sua”, no sin-

gular] e às nossas; mas uma das coisas *que* [a tradutora usou “de”] devemos ter aprendido *da* [e não “na”, como ela pôs] história da filosofia moral é que a introdução da palavra ‘*intuição*’ [a tradutora pôs “introdução” aqui!] por um filósofo da moral é sempre um sinal de que algo foi muito mal na argumentação”.

Discordância quanto à acuidade da tradução de certos termos também é comum existir, em função de se considerar alguns mais adequados ao propósito original do autor, especialmente, quando assumem significações muito específicas e técnicas, em que, por vezes, algumas das soluções dadas podem ser toleradas sem prejuízos sérios de ordem conceitual. Entretanto, tal tolerância não pode ocorrer com essa edição brasileira, pois a profusão de problemas atinge o núcleo de certos conceitos centrais da filosofia moral de MacIntyre, tornando difícil o percurso do leitor na busca do conhecimento acurado da obra do filósofo a que ele está se abrindo na leitura.

A tradução defeituosa revela um generalizado desconhecimento do discurso filosófico, com a adoção de diversas soluções absurdas para o texto em português, decorrentes da má compreensão do conteúdo abordado no texto de MacIntyre. Erros que comprometem seriamente o entendimento do leitor e a fidelidade ao texto original. Como exemplo grave desses erros que são

derivados da incompreensão dos conceitos em jogo, temos o de “lei moral” (moral law) em Kant, traduzido por “direito moral”, num desconhecimento da linguagem filosófica. Por seu zelo conceitual, o texto filosófico exige do tradutor também um conhecimento filosófico, de tal forma que esse zelo possa ser respeitado na tradução, o que infelizmente não acontece nessa tradução.

Há uma insistência em traduzir “private” por “particular”, quando o termo adequado seria “privado” mesmo, pois remete à oposição entre o público e o privado. O termo “particular” é mais conveniente quando se opoñdo a “universal”. Na p. 25, por ex., “privado” ficaria mais adequado ao espírito filosófico de MacIntyre, pois está em jogo a definição do caráter da moralidade, se público ou privado. Outro erro é a freqüente tradução de “philosophy of social sciences” e “social sciences” por, respectivamente, “filosofia da sociologia” e “sociologia”. Em nenhum momento do texto MacIntyre usa “social sciences” para se referir somente à sociologia, mas inclui no seu conceito a economia, a ciência política, a sociologia e a administração. Equivocadamente a tradutora reduziu o escopo do sentido do termo, algo não presente no texto original.

Na p. 129, a tradutora erra por não colocar as aspas no verbo “protestar”, que MacIntyre pôs para

transformá-lo em sujeito da frase e não num imperativo; e ainda omitir parte da sentença original. Vejamos a tradução correta: “Protestar”, seus predecessores latinos e cognatos *franceses* [a tradutora traduz aqui por ‘gregos’!], são originalmente, com frequência ou quase sempre, *tanto positivos como* [a tradutora omitiu essa parte da frase] negativos; protestar era *ao mesmo tempo* [também omitido pela tradutora] prestar testemunho *de* algo e, somente em consequência dessa fidelidade, prestar testemunho *contra* outra coisa”. Quer dizer, é bem diferente se afirmar que alguma coisa possa significar tanto algo positivo como negativo, do que afirmá-la somente como significando algo negativo.

A tradução equivocada do verbo “realize” alterou um conceito importante para a teoria moral de MacIntyre. Na p. 103, o sentido do termo não é o de “descobrir”, “dar-se conta de”, “perceber”, que o verbo “to realize” pode assumir em certos contextos; mas sim de “realizar”, de “concretizar”, “efetivar”. O conceito que MacIntyre está empregando é o de “o homem-tal-como-ele-poderia-ser-se-realizasse-o-seu-*telos*”, do homem se efetivasse na sua prática histórica o *telos* de sua vida enquanto humano – e não “o homem como poderia ser se *descobrisse* [realized] seu *telos*”, como fez a tradutora. O contexto do uso do termo não é cognitivo, de descobrir o *telos* do homem, mas

de efetivá-lo na sua prática. A teoria ética é quem ocupa esse momento cognitivo, que faz justamente a transição no homem da condição de inculto, preso aos ditames do desejo, da natureza corporal, como ele é na sua condição de ser humano não educado, mesmo amoral, para a condição de ser moral, de homem realizando sua verdadeira essência, o seu *telos*.

“Reasons”, que MacIntyre usa frequentemente por todo o livro, é traduzido como “motivo” ou “motivos”. Ocorre que essa tradução associa o termo a uma carga semântica psicológica que MacIntyre não está utilizando no seu texto. Ele usa o termo “reasons” para significar exatamente “razões”, pois o que ele está buscando é exatamente desvelar as formas de racionalidade que estão subjacentes ao modo de pensar e viver a vida moral contemporânea. Essa insistência da tradutora em vertê-lo sempre para o termo “motivo” é fruto da sua incompreensão do propósito filosófico envolvido no seu uso, amarrando a compreensão do termo à semântica psicológica da motivação humana.

Outra tradução problemática é a do termo “claim”, usado tanto como verbo quanto como substantivo. A tradutora se agarra por demais aos termos “afirmação” e “declaração”, quando o mais apropriado em muitas das passagens seria “pretensão”. “Claim” em inglês envolve uma afirmação ou uma de-

claração sujeita a debate, à discussão, é algo que pode ser ainda reelaborado, que não tem ainda uma forma definitiva, positivada, envolve um grau de certeza duvidosa. Nesse sentido, por exemplo, o título do capítulo 2 poderia ser: “A natureza do desacordo moral contemporâneo e as pretensões do Emotivismo”. Proporcionaria uma maior fidelidade ao espírito do texto de MacIntyre, já que ele vai mostrar que as pretensões do emotivismo enquanto teoria do significado dos juízos morais são um fracasso. O uso em profusão do termo “afirmação” produz uma perda de sentido significativa, o que não ocorre só em alguns pontos onde ele se adequa melhor que “pretensão”.

A tradução de “practice” por “costume” e por “profissão” é outro ponto problemático. Em algumas passagens, a tradução por “costume” é perfeitamente adequada, especialmente quando MacIntyre enfatiza o comportamento moral quase que inconsciente de certos sujeitos, comportamentos esses cristalizados no interior de uma tradição. Mas ele também emprega “practice” significando mais frequentemente “prática”, no sentido aristotélico da “práxis”, da ação moral que os sujeitos humanos realizam por força da virtude, isto é, sob o signo da razão, em que as paixões estão educadas e orientadas pela razão, no desejo raciocinante ou razão desejanse. Seu con-

ceito de “practice”, prática, tal como ele formula a partir do capítulo 14, envolve o enriquecimento consciente da ação moral e de sua racionalidade, não é apenas o costume social cristalizado, mas o processo permanente de revisão crítica racional que acontece no interior das tradições morais em suas trajetórias históricas.

O desastre se torna ainda maior quando a tradutora verte o termo “practice” para “profissão”, num absurdo teórico e lingüístico integral. Esse é um conceito central para a teoria das virtudes em MacIntyre e jamais poderia ser confundido com “profissão”. É inadmissível tal tipo de deturpação completa de um texto filosófico por uma inapetência lingüística dessa extensão. Qualquer leitor inteligente saberia que o uso de “practice” por MacIntyre jamais poderia ser associado à mera “profissão”, pois o conceito se estende à atividade humana em geral, mesmo a aquelas reguladas por um *telos* particular. Até os exemplos particulares de tais atividades que MacIntyre cita no texto – o jogo de xadrez, o esporte, a agricultura, a pesca, a música, a política – não podem ser reduzidos a profissões, pois entendidas apenas como profissões tais atividades se limitariam à obtenção dos bens externos, e não à excelência dos bens internos a cada uma delas, promovendo o que MacIntyre chamou de seus suportes institucionais. A dimensão das virtu-

des que estão em jogo nas práticas, nas atividades humanas reguladas por um *telos*, expressa na noção dos bens internos e das excelências nessas práticas, seria perdida.

Esse desastre de tradução encontra mais um exemplo com “Church”. Nas p. 165 e 176, quando MacIntyre estava se referindo a Alonzo Church, um conhecido lógico-matemático, ela o verte por “igreja”, sem sequer perceber que isso não fazia o menor sentido. Na p. 175, traduz “incoerência” por “coerência”, invertendo o sentido completo da frase. E não vou me estender aqui falando da excessiva flutuação na tradução de “expertise”, um conceito importante para caracterizar a ambientação burocrática presente na vida social contemporânea – que ora é “perícia”, “especialização” ou mesmo “competência” –, tornando ainda mais confuso o texto traduzido.

Há erros de pontuação, concordância nominal e verbal, revelando uma tradutora pouco acostumada com o rigor na construção do texto acadêmico na língua materna. Esses tipos de erros, além de não serem admissíveis *per se*, são absolutamente inconveniente para o leitor, pois o obriga a perder tempo em tentar entender o sentido das frases e não em refletir sobre a validade da proposição teórica feita pelo autor. Na p. 42, por exemplo, há erro primário de concordância: “E, em segundo lugar, devo argumentar que existe uma histó-

ria de Oxford que *começam* com o intuicionismo de Prichard em paralelo à história de Moore...”. Erro que se repete nas páginas 46, 116, 119, 136-137, 147, etc.

Em alguns momentos, a herança céltica de MacIntyre aparece no seu inglês, com construções difíceis de expressar em português sem fazer uma reconstrução inteira da sentença – uma dificuldade de compreensão que já ouvi mesmo de estudantes americanos quando se defrontaram com o texto dele –, o que exige do tradutor um cuidado conceitual muito grande para não se perder na tradução literal. Nesses momentos em que o texto de MacIntyre envolve um maior rigor conceitual, a tradutora mostrou-se integralmente falha em lidar com essa exigência e se perdeu nos caminhos da linguagem. Parte desses erros poderiam ter sido corrigidos por uma revisão mais cuidadosa feita por terceiros que dominassem a linguagem filosófica. Em momentos conceituais cruciais, a tradução ficou fatalmente prejudicada, pois chega a mudar o sentido original das sentenças.

O mérito da iniciativa da publicação dessa obra precisaria ser reconhecido, mas isso só pode ser feito se a editora, reconhecendo a falha editorial, além de recolher os exemplares já impressos, realizar a correção dos erros com a ajuda de um especialista em filosofia e aí, sim, produzir uma reimpressão que, certamente, será uma contribuição

valiosa para a bibliografia filosófica brasileira. Caso isso não ocorra, esta edição de “After Virtue” será um sério desserviço à filosofia no Brasil, por deformar a filosofia moral de MacIntyre, uma agressão ao trabalho dos bons tradutores de filosofia, bem como um descaso com a qualidade

editorial brasileira. Por enquanto, infelizmente, o leitor brasileiro não-bilíngue vai continuar sem conhecer a principal obra desse instigante filósofo moral escocês.

Prof. Helder Buenos Aires de Carvalho
Departamento de Filosofia-UFPI
e-mail: hbac@ufpi.br